

Contracepção na contemporaneidade: o distanciamento da moral católica

Lyse Nogueira Mascarenhas¹, Caroline Peters², Dimitri Hansen³, Fernando Dourado⁴, Lázaro Lacerda⁵, Luciano Barbosa⁶, Marcela Ludwig⁷, Mayana Lessa⁸, Susane Bertrand⁹, Nedy Neves¹⁰

Resumo

O artigo discute a correlação entre a moral religiosa, em especial a da Igreja Católica, e os métodos contraceptivos. Em segundo plano, objetiva verificar os elementos atualmente utilizados na construção da atitude frente aos métodos contraceptivos. A partir da revisão da bibliografia, que teve como mote a reportagem intitulada “Preservativo: novo documento do Vaticano em perspectiva”, percebeu-se que a base para utilização de métodos contraceptivos na contemporaneidade está vinculada à adoção de métodos baseados no conhecimento científico, como preservativos, pílulas e planejamento familiar, condenados pela Igreja Católica. Isto leva, invariavelmente, à conclusão de que, frente às necessidades individuais, o homem contemporâneo acaba se distanciando das práticas norteadas com base no dogma sustentado pela Igreja Católica.

Palavras-chave: Igreja Católica. Métodos contraceptivos. Aborto.

Resumen

Anticoncepción en la contemporaneidad: el distanciamiento de la moral católica.

El artículo discute la correlación entre la moral religiosa, en especial la de la Iglesia Católica, y métodos de anticoncepción. En un segundo momento, objetiva verificar los elementos actualmente utilizados en la construcción de la actitud ante los métodos de anticoncepción. A partir de la revisión de la bibliografía, que ha tenido como tema el reportaje intitulado “Preservativo: nuevo documento del Vaticano en perspectiva”, se ha observado que la base para utilización de métodos anticonceptivos en la contemporaneidad está vinculada a la adopción de métodos basados en el conocimiento científico, como preservativos, pastillas y planificación familiar, condenados por la Iglesia Católica. Esto conduce, invariablemente, a la conclusión de que, ante las necesidades individuales, el hombre contemporáneo acaba por distanciarse de las prácticas orientadas con base en el dogma sustentado por la Iglesia Católica.

Palabras-clave: Iglesia Católica. Métodos anticonceptivos. Aborto.

Abstract

Contraception today: the detachment from the Catholic morality

The article discusses the correlation between religious morality, particularly from the Catholic Church, and the contraceptive methods. On the second level, it aims at checking the elements currently used in the buildup of attitude in view of contraceptive methods. From the literature review, which had as motto the report “*Preservativo: novo documento do Vaticano em perspectiva*” (Condoms: a Vatican’s new document in perspective), it was realized that the basis for current use of contraceptive methods is linked to adoption of methods based on scientific knowledge, such as condoms, birth control pills, family planning which are banned by the Catholic Church. This invariably leads to the conclusion that, in face of the individual needs, the contemporary men ends up moving away from the practices guidance based in dogmas supported by the Catholic Church.

Key words: Catholic church. Contraceptive methods. Abortion.

1. Graduanda Inmascarenhas@hotmail.com 2. Graduanda lolypeters@gmail.com 3. Graduando dimhansen@hotmail.com 4. Graduando fernandoalves.dc@gmail.com 5. Graduando lazarolls@hotmail.com 6. Graduando; graduando vagovagal@hotmail.com 7. Graduanda ludwigmacedo@hotmail.com 8. Graduanda mayanalessa@hotmail.com 9. Graduanda suca_hta@hotmail.com 10. Doutora nedyneves@terra.com.br – Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador/BA, Brasil.

Correspondência

Lyse Nogueira Mascarenhas – Rua Oswaldo Valente, 644 aptº 1.202 Itaipara CEP 41815-090. Salvador/BA, Brasil.

Declararam não haver conflito de interesse.

Em um plano macro, a questão da moral religiosa relacionada aos métodos contraceptivos emerge no bojo da discussão sobre sexualidade e, de modo mais restrito, sobre a questão do aborto. Ganha corpo com o distanciamento das práticas sexuais em relação às moralidades, principalmente a religiosa ¹. Portanto, quaisquer discussões acerca da temática devem envolver conceitos como sexualidade e aborto, os quais, invariavelmente, remetem-se à questão do gênero, além de religiosidade e contraceção.

No momento, contudo, esses conceitos não serão discutidos em suas raízes. Mas o leitor atento deles não poderá prescindir, para que a compreensão final do artigo não seja comprometida. Faz-se necessária, paralelamente, a detida análise das nuances que envolvem o tema da inter-relação religiosidade e contraceção com vistas aos conceitos supraelencados.

Nas últimas décadas o avanço da globalização modificou o papel da mulher na sociedade, conferindo-lhe maior participação política e econômica e possibilitando-lhe passar a integrar o mercado de trabalho e ter maior poder relativo a sua vida pessoal. Nesse contexto, reconheceu a importância do planejamento familiar para o pleno exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos – o que foi reafirmado na *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, no Cairo (Egito), em 1994, e na *IV Conferência Mundial da Mulher*, em Beijin (China), em 1995.

A partir do reconhecimento, pelo Ministério da Saúde (MS), da necessidade do controle da natalidade, é desenvolvido o Programa de Planejamento Familiar, política do governo federal que representa uma conquista do movimento feminista e prevê a oferta na rede pública de anticoncepcionais, a redução de seus preços nas farmácias populares, a oferta de serviços para esterilização voluntária e os voltados à reprodução assistida para casais com dificuldades de ter filhos. Assim, esse programa auxilia na autonomia de mulheres e casais, separando suas vidas sexuais da vida reprodutiva ².

Quer de acordo com interesses econômicos quer por interesses singularmente sociais, o fato é que o controle populacional existe. Para tanto, há dois grandes influenciadores: um calcado na prática das políticas públicas, que têm por base as ciências (biológicas, sociais, econômicas); outro, modulado pela referência religiosa, sobretudo no cristianismo.

Mas há limite ou território de influência para cada um desses fatores? Quais aspectos do cristianismo influenciam a elaboração de políticas públicas e vice-versa? Ou seja, no que tange à tomada de decisão quanto à contraceção, se pode delimitar e ponderar esses fatores conscientemente?

Ante tais questionamentos, o presente artigo tem o intuito de verificar, por meio de breve revisão bibliográfica, os fatores relativos aos ensinamentos, doutrinas e moral católica que influenciam a atitude do indivíduo frente à contraceção, por meio da abordagem e discussão da temática da inter-relação entre métodos contraceptivos e religiosidade.

Perspectivas, método e objetivos

O ponto de partida para a reflexão ora apresentada encontra-se na reportagem intitulada “Preservativo: novo documento do Vaticano em perspectiva” ³ – trabalho realizado por Octávio Carmo, chefe de redação da Agência Ecclesia, sucursal portuguesa de notícias da Igreja Católica. O artigo se propôs a apresentar uma revisão bibliográfica que contemple a contraceção na contemporaneidade, para o que foram utilizadas fontes de referência bibliográficas, *sites* de bases de dados *online*, como Bireme, Scielo e PubMed Central, além dos *sites* do MS e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O material levantado foi analisado pelos autores no período compreendido entre 7 de fevereiro e 29 de junho de 2011, estendido, posteriormente, até a finalização deste artigo em 2012. O objetivo foi avaliar o impacto e influência que a opinião da Igreja Católica acerca da contraceção exerce sobre a atitude da mulher com relação à reprodução humana e à sexualidade na contemporaneidade. Para tanto, foram usadas como palavras-chave de pesquisa *catholic church*, *contraceptives*, *abortion*, termos com as respectivas traduções em português – nenhuma fonte bibliográfica de pesquisa foi descartada.

Não se pretende esgotar o tema ou mesmo chegar a termo sobre a discussão apresentada, pois há muito a ser pesquisado e debatido. Assim, a maior pretensão deste trabalho é reforçar a necessidade de diálogos e reflexões que contemplem a problemática proposta, visando torná-la mais assimilável. Além disso, fazê-la perceptível na interface das relações

humanas, sobretudo nas que dizem respeito às práticas em saúde: relações entre prestadores de serviços em saúde e usuários destes serviços.

Marco histórico

A compreensão da interface entre religião e métodos contraceptivos se faz passível de entendimento a partir de uma retrospectiva, principalmente sobre a história da religião e a moral de países que tiveram seu processo de civilização e formação cultural e social fortemente marcados pela religiosidade cristã, sobretudo a católica.

Nesta análise, fica patente o fato de, principalmente nas modernas sociedades ocidentais, as religiões terem se apossado da ética, transformando-a em moral, ao passo que construíam e determinavam os baluartes da fé. Por este processo, conduziram seus fiéis ditando-lhes regras de comportamento e atitudes frente à vida e à morte, bem como ao comportamento individual, em primeira instância, mas atingindo o coletivo, por conseguinte. No Brasil, o domínio religioso, mais precisamente do catolicismo, é extremamente marcante, ainda que se trate de país laico.

Desde o início da década de 60 o consumo de métodos contraceptivos, como o dispositivo intrauterino (DIU) e a pílula anticoncepcional, foi liberado. A incorporação desses métodos tornou-se realidade a partir de políticas internacionais que visavam ao controle populacional. Essa iniciativa internacional estava diretamente relacionada ao citado *perigo vermelho*, percebido a partir de regimes comunistas como os da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o que emergiu da então recente Revolução Cubana de 1959⁴.

Essas políticas antinatalistas tinham como alvo os países latino-americanos, nos quais acabou por dividir opiniões. No Brasil, dividiram a sociedade em dois setores principais: *anticontrolistas* e *antinatalistas*. O setor *anticontrolista* defendia a ocupação de todo o território por brasileiros, para garantir a soberania nacional. Este setor encontrou apoio nos segmentos nacionalistas da sociedade e em vários setores da Igreja Católica, que condenava (e até hoje condena) as práticas anticoncepcionais. Sob a ótica malthusiana, os *antinatalistas* de-

fendiam a iniciativa internacional, sob a alegação de que o crescimento demográfico iria refletir de forma negativa na economia e no desenvolvimento do país.

Vê-se assim que, embora apoiando os Estados capitalistas em muitos momentos, a Igreja Católica leva duro golpe no que tange à orientação sexual de seus fiéis, que passam a ser fortemente influenciados pelas políticas de saúde, as quais, por sua vez, tornam-se substancialmente influenciadas pelos interesses capitalistas. É preciso salientar que mesmo no período anterior à disseminação da pílula anticoncepcional outras práticas contraceptivas eram utilizadas. Segundo Pedro⁴, com exceção do método do ritmo (*tabelinha*), outras práticas também eram recriminadas pela Igreja Católica – que negava a absolvição das mulheres após relato nos confessionários de sua utilização –, controlando, assim, moralmente as famílias.

Marco político-teórico do País

Mais recentemente, e sem sair do Brasil, vale ressaltar que o tema ganhou notoriedade em um dos momentos cruciais para o cenário da saúde pública nacional: as lutas pela implementação do direito universal e igualitário à saúde. Este movimento culminou com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986⁵, e na aprovação da Carta Cidadã, de 1988⁶. Entretanto, desde 1984 fora implementado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism)⁷, que constituía sinal de expansão dos serviços de saúde no país.

O Paism⁷ engajou nova abordagem da saúde da mulher, tendo sido o primeiro programa a propor a atenção de cunho integral ao segmento, incluindo as questões ligadas à reprodução, que decorriam de sua proposta relacionada ao direito à regulação da fecundidade. Sua aplicação cria novo enfoque, modificando o senso comum predominante que resumia o papel feminino à reprodução. A partir de então, a gravidez deixa de ser vista como *dever* de toda mulher neste contexto histórico, passando a ser um *direito*. Com isso, as mulheres conquistaram o livre arbítrio para planejar o momento propício para desfrutá-lo.

Contexto brasileiro e integração no mundo globalizado

Esses movimentos, apesar de ocorrerem no Brasil, não refletiram uma ação localizada, contextualizada à própria realidade brasileira. Longe disso, tratavam-se de reflexos do contexto da saúde existente no mundo, como se pode perceber na análise das diretrizes e proposta de ação da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*⁸ e da *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*⁹. Com isto, ganhou espaço e notoriedade a questão da expansão das ações educativas direcionadas aos cuidados com o corpo, comportamento sexual e reprodução, principalmente as relacionadas ao gênero feminino.

Identidade sexual e religiosidade entre os gêneros

O conceito de gênero foi produzido por meio das relações sociais e faz parte do nosso cotidiano. Culturalmente construído, funcionou como pilar sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão – e que até hoje servem como justificativa de preconceitos¹⁰.

Não passou despercebida a ideia de que a educação sexual, a construção da identidade social e sexual de homens e mulheres ocorre de modo desigual. Contrariamente à do homem, a identidade sexual feminina é marcada pela dominação e aí entra, invariavelmente, a questão da religiosidade – ainda que de forma sutil, é infligido à mulher que ela só deve manter relação sexual após o casamento e com finalidade reprodutiva. De acordo com Silva e Mandú⁹, a construção da simbologia religiosa, com suas práticas, rituais e ícones, influencia as práticas sociais, independentemente da religião em questão.

Portanto, a religião pode ser vista como um norte, um conjunto de regras, permissões e negações que moldam e ditam os parâmetros socialmente aceitos e que, sem exceções, deve ser seguido por homens e mulheres a ela adictos. Tal fato evidencia que as práticas sexuais só eram permitidas dentro do casamento, ideia massificada e impregnada no julgo social mediante reflexões propostas por religiosos que também pregavam repúdio ao sexo e desprezo pelas mulheres, considerando-as inferiores no mais das vezes.

Muitos documentos eclesiásticos também revelam a determinação do catolicismo em impedir a contraceção, nos quais podem ser encontrados códigos que regulamentam o comportamento do casal, apresentando o casamento como único espaço legítimo para as práticas sexuais. Por esses códigos ficavam determinados os objetivos desta instituição, dentre os quais a procriação de filhos legítimos e a proteção contra desejos sexuais como a masturbação e o adultério⁹.

A dualidade dos ensinamentos da Igreja Católica

Com relação ao aborto, a Igreja Católica assume postura radical. As discussões a respeito perpassam a questão do início da vida humana. Questiona-se qual o momento exato em que o embrião adquire a condição de ser humano. Os representantes da igreja defendem a opinião de que a vida humana começa a partir da fecundação e que o aborto, por conseguinte, seria considerado *um pecado* que corresponde a ato criminoso em qualquer fase gestacional.

Em países de forte tradição católica, caso do Brasil, as posições que caracterizam o debate sobre o aborto oscilam entre o direito à vida do feto e o direito à autonomia reprodutiva da mulher para controle do seu próprio corpo. Débora Diniz tem sido importante protagonista no recente debate a respeito da revisão da legislação sobre o aborto no Brasil, uma das responsáveis em requisitar a liberação para interromper a gravidez nos casos de anencefalia do feto, argumento sustentado pela inevitabilidade da morte do feto. Para a Igreja Católica a autonomia da mulher fica em segundo plano diante da insistência em se contrapor os direitos do feto aos direitos da mulher. Embora a Igreja Católica esteja intervindo no debate, as discussões no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) estão sendo feitas a partir de premissas jurídicas e científicas¹¹.

É preciso lembrar, todavia, que a posição da Igreja Católica não permaneceu estática durante os séculos. Modificou-se de acordo com os diferentes entendimentos a respeito do exato momento em que a alma se aloja no corpo¹². Tendo por base essa ideologia, a encíclica *Humanae vitae*, documento formulado pelo papa Paulo VI, trata da questão da transmissão da vida, considerando que *os esposos são colaboradores vitais*

e responsáveis de Deus e recomendando que levem em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras¹³. Desse modo, a encíclica considera vias ilícitas de regulação dos nascimentos o aborto, a esterilização ou qualquer método que impossibilite a procriação¹⁴.

Nesta revisão, percebeu-se a dualidade, quando não controverso posicionamento da Igreja Católica, no que concerne aos métodos contraceptivos até o século XIX. A partir deste período, esta igreja reagiu à nova visão acerca da mulher e à prática sexual pelo controle da natalidade e, no século XX, a reação tomou corpo com a encíclica *Casti connubii*, de 1930, pela qual o papa Pio XI afirmou que a contracepção era a prática de *liberdade criminosa*¹⁵. Segundo as autoras, João Paulo II apela para uma atitude mais reflexiva, tendo como base o ritmo biológico, o diálogo e a responsabilidade do domínio de si.

Ainda hoje, a Igreja Católica vale-se de argumentos calcados no casamento para condenar os métodos contraceptivos. Para a instituição, esses métodos mudam as finalidades do casamento, induzem ao adultério e levam os homens a desprezeitar suas mulheres. Em 2006, o Vaticano lançou o documento *Família e procriação humana*, condenando qualquer prática contraceptiva.

Contracepção nas igrejas pentecostais e neopentecostais

Apesar de o Brasil ser, sobremaneira, um país influenciado pela moral religiosa do catolicismo, de acordo com Giddens citado por O'dwyer e Matos¹⁶, o distanciamento acentuado das pessoas em relação às religiões reflete atitude de autonomia individual frente aos métodos contraceptivos, ainda que alguns grupos fundamentalistas religiosos tenham sido criados para combater o aborto, métodos contraceptivos, dentre outros¹.

Esse posicionamento da Igreja Católica, associado à perspectiva apontada por Giddens¹⁶, possibilitou uma reação e a emergência de outros grupos cristãos no cenário religioso brasileiro. Assim, algumas igrejas pentecostais e neopentecostais têm seguido na contramão da tendência religiosa no mundo.

Para efeito ilustrativo, vale lembrar que a Igreja Universal do Reino de Deus anunciou, em

1995, a criação de uma associação beneficente cristã. Por esta associação, postos de saúde foram criados em favelas com o intuito de diminuir a marginalização daquelas populações. O objetivo foi alcançado mediante distribuição de anticoncepcionais e por meio da esterilização das mulheres. Na África, esta mesma igreja inaugurou templos e, como chamariz, distribuía alimentos e, sobretudo, anticoncepcionais¹.

Considerações finais

Vê-se, portanto, que há relação direta entre métodos contraceptivos e distanciamento das práticas norteadas com base no dogma sustentado pela Igreja Católica, situação sobremodo preocupante. Em uma sociedade na qual a esterilização, na maioria dos casos, é tida como ilegal, é perceptível o sucesso da ação daquela instituição na catequese de fiéis e no objetivo de influenciar as atitudes destes indivíduos, principalmente no tocante à contracepção.

Em nome da família, em prol dela e de sua estabilidade, setores econômicos, políticos e religiosos acabam por veicular publicamente a ideia de que a família é uma instituição privada. De acordo com Alvarenga e Schor¹⁴, ao contrário disto vê-se que, por exemplo, o Estado manipula discretamente o crescimento da família, valendo-se de políticas antinatalistas, principalmente nas camadas mais populares da população. A interferência do Estado faz-se mais notória a partir dos anos 80, no auge da Guerra Fria e no bojo das discussões sobre políticas públicas de saúde que culminaram do Movimento Sanitarista dos anos 1970^{15,16}.

Por sua vez, os pentecostais e carismáticos (seção renovadora da Igreja Católica) defendem a castidade para os não casados e, portanto, a condenação às práticas contraceptivas. Se o Estado intervém naquilo que publica como privado, as igrejas cristãs intervêm no que consideram sagrado: a família. Desta forma, no que tange à incorporação, nada de novo se observa por parte dos segmentos religiosos quanto ao aspecto da autonomia individual ou, sequer, quanto ao campo das práticas com base em dados epidemiológicos ou de saúde coletiva.

Ante o exposto, percebe-se haver, basicamente, dois conjuntos de regras que norteiam as práticas sexuais e, principalmente, os métodos contraceptivos,

sobretudo em países como o Brasil: um diz respeito ao modelo inculcado pela religiosidade, que prega a castidade para os não casados e o ato sexual apenas com vistas à procriação; outro, a um conjunto de práticas calcadas no conhecimento científico e que encontram suporte na legislação que se manifesta nos programas específicos de saúde pública, como o Pasm. Como visto, este programa foi assimilado por igrejas cristãs pentecostais e neopentecostais, além de igrejas que, apesar de manterem atitude conservadora, adotam métodos contraceptivos, como a camisinha, para angariar fiéis – a exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus.

Embora algumas igrejas tenham galgado sucesso no intuito de aliciar fiéis por aqueles meios, há a tendência real de afastamento das condutas adotadas pela população em relação à moral imposta pela Igreja Católica, a despeito de quaisquer outras atitudes religiosas dessas pessoas. A atitude sexual, inclusive a que envolve os métodos contraceptivos, ganha dimensão individual na sociedade, aumentando ainda mais o fosso que separa a Igreja Católica e a forma como o ser humano moderno age frente a seu corpo, fato que decorre da atitude muitas vezes controversa, intransigente e pouco clara daquela instituição.

Referências

1. Machado MDC. Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar. São Paulo: Autores Associados/Anpocs; 1996.
2. Lima MARO, Lima LO. Planejamento familiar: conflitos e soluções. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder; 25-28 ago. 2008; Florianópolis [internet]. Florianópolis: UFSC; 2008 [acesso 29 jun. 2012]. Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Lima-Lima_58.pdf
3. Agência Ecclesia. Preservativo: novo documento do Vaticano em perspectiva. Conselho Pontifício para a Pastoral da Saúde prepara “subsídio pastoral” que deverá abordar a temática. Agência Ecclesia: agência de notícias da igreja católica em Portugal [internet]. 3 fev. 2011 [acesso 7 fev. 2011]. Disponível: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?&id=84116>
4. Pedro JM. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. Revista Brasileira de História. 2003;23(45):109-12.
5. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As conferências nacionais de saúde: evolução e perspectivas. Brasília: Conass; 2009.
6. Lopes JAV. A carta de 1988 e a tradição constitucional brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa [internet]. jul. 2008 [acesso 7 fev. 2011]. Disponível: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_JulioAurelioVianna_1988_e_o_ConstitucionalismoBrasileiro.pdf
7. Osís MJM. Pasm: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cad Saúde Pública. 1998;14(1):27-30.
8. Organização das Nações Unidas. Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; 1994; Cairo. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: plataforma de Cairo [internet]. abr. 2009 [acesso 9 fev. 2011]. Disponível: <https://gestaoepm.serpro.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-cairo.pdf>
9. Silva MA, Mandú ENT. Ideias cristãs frente ao corpo, à sexualidade e contracepção: implicações para o trabalho educativo. Rev Gaúch Enferm. 2007;28(4):459-64.
10. Rodrigues C. Butler e a desconstrução do gênero. Rev Estud Fem. 2005;13(1):179-83.
11. Kalsing VSS. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. Cadernos Pagu. 2002;2(19):279-314.
12. Luna N. As novas tecnologias reprodutivas e o Estatuto do Embrião: um discurso do magistério da Igreja Católica sobre a natureza. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
13. Rodrigues DS. Liberdade de afirmar-se sem religião: reflexos de transformações no Brasil contemporâneo. Plura, Revista de Estudos de Religião. 2001;(2):1:49-64.
14. Alvarenga AT, Schor N. Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial. Saúde Soc. 1998;7(1):87-110.
15. Pio XI, Papa. Carta Encíclica Casti Connubii. Roma: Vaticano; 1930 [acesso 9 fev. 2011]. Disponível: <http://www.capela.org.br/Magisterio/conubii1.htm>
16. O'dwayer G, Mattos RA. Teoria da estruturação de Giddens e os estudos de práticas avaliativas. Physis. 2010;20(2):609-23.

Participação dos autores

Todos os autores participaram integralmente na coleta de dados e elaboração do artigo, sob orientação da prof^a. Nedy Neves.

Recebido: 10.6.2011
Revisado: 30.11.2011
Aprovado: 3.6.2012